



Câmara de Caldas Novas - GO
Analista Administrativo

LÍNGUA PORTUGUESA

Características e funcionalidades de gêneros textuais variados.	1
Interpretação textual de gêneros textuais variados.....	4
Modos de enunciação presentes no texto.	6
Gramática normativa.....	6
Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto.	8
Organização do texto e fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade).	10
Progressão temática.....	12
Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal.	12
Elementos de sequenciação textual: referenciação, substituição, repetição, conectores e outros elementos.	13
Tipos de argumento.	13
Classificação gramatical.....	14
Processo de formação de palavras.....	20
Análise morfosssintática.....	25
Fenômenos gramaticais e construção de significados na língua portuguesa.	25
Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	26
Concordância verbal e nominal.....	33
Regência verbal e nominal.....	35
Colocação pronominal.....	37
Pontuação.....	39
Exercícios.....	43
Gabarito.....	54

MATEMÁTICA

Conjuntos numéricos. Números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum e decomposição em fatores primos. Números racionais e reais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto.....	1
Noções de Análise Combinatória: princípio fundamental da contagem, arranjos simples, permutações simples e combinações simples.....	19
Noções de Estatística.....	22

SUMÁRIO



Apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos	23
Medidas de centralidade e medidas de dispersão	30
Noções de Probabilidade: experimento aleatório, espaços amostrais finitos e equiprováveis e eventos aleatórios	37
Regra de três simples e composta	39
Noções de Matemática Financeira: razão, proporção, porcentagem, juros simples, juros compostos e descontos simples.....	41
Números complexos: conceito, operações e representação geométrica.....	47
Progressão aritmética e progressão geométrica: razão, termo geral e soma dos termos.....	50
Conceito, representação gráfica e aplicações das funções: afim, quadrática, exponencial, logarítmica e modulares.....	53
Sistemas de equações: conceito, resolução, discussão e representação geométrica	65
Geometria plana: polígonos regulares, perímetro e áreas.....	68
Geometria espacial: poliedros regulares, perímetro, áreas e volumes	74
Exercícios	83
Gabarito.....	91

ATUALIDADES E HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CONHECIMENTOS GERAIS DE GOIÁS E DE CALDAS NOVAS

Formação social, política, histórica e econômica do Brasil.....	1
Direitos humanos.....	61
Minorias e Etnicidade	82
Mundo do trabalho.....	63
Mobilidade e migrações.....	64
Questões atuais do meio ambiente, desastres ambientais e políticas ambientais	65
Educação: história, desafios e as inovações tecnológicas	81
Segurança: conflitos sociais, explosão urbana.	82
Cultura: homogeneidade e heterogeneidade no Brasil	83
Tecnologia e sua influência no meio social.	83
Movimentos sociais.	84
Energia, sustentabilidade e compromisso social.....	104
Comunicação em redes: internet e as implicações nas diversas áreas.....	105
Relações internacionais	105
Aspectos socioantropológicos da saúde no Brasil e mundo	121
Religiosidades e as influências sociais e antropológicas das matrizes africana, europeia e indígena	122
Aspectos políticos da realidade latino-americana	122
Aspectos histórico-geográficos de Caldas Novas.	123
Exercícios	126
Gabarito.....	130



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Família de sistemas operacionais Microsoft Windows para microcomputadores pessoais: interface gráfica do usuário e seus elementos, além da utilização da ajuda e suporte e dos atalhos de teclado; Configurações e Painel de Controle, abrangendo a Solução de Problemas; Aplicativos pertencentes ao Windows (Bloco de Notas, Paint, WordPad e Mapa de Caracteres).....	1
Gerenciamento de arquivos e pastas, incluindo os tipos de arquivos e suas extensões e a pesquisa e localização de conteúdo	45
Procedimentos de backup e gerenciamento de impressão	48
Instalação, desinstalação ou alteração de programas e ativação ou desativação de recursos, incluindo a configuração de aplicativos	51
Compactação e extração de conteúdo a partir de arquivos zip	52
Aplicativos para escritórios por meio de software livre e de software proprietário.....	53
Processador de textos (criação, edição e formatação de textos e recursos voltados à automação de documentos).....	56
Planilha eletrônica (tipos de dados e referências, criação de planilhas e gráficos inserindo fórmulas aritméticas e fórmulas baseadas em funções de planilha, configuração de página e impressão, formatação de células e formatação condicional, validação de dados e aplicação de filtros e obtenção de dados de fontes externas)	71
Gerador de apresentação (criação de slides, formatação e inserção de imagens e objetos, efeitos de transição e animações, apresentação de slides e exportação para o formato PDF).....	83
Navegadores de Internet, serviços de busca na Web e uso do correio eletrônico	94
Serviços de correio eletrônico	106
Exercícios	113
Gabarito.....	120

ADMINISTRAÇÃO GERAL E GESTÃO ESTRATÉGICA

Administração: conceitos e objetivos.	1
Níveis hierárquicos verticais e horizontais.	13
Processo Administrativo: planejamento, organização, direção e controle.	15
Gestão estratégica: tipos de planejamento estratégico	25
Os 5 Ps de Mintzberg para estratégia.....	28
Análise micro e macro Ambiental	29
Gestão por resultados.	30
Exercícios	33
Gabarito.....	36

SUMÁRIO



GESTÃO DE PROCESSOS

Organização setorial, divisão e distribuição de atividades, identificação, elaboração, análise, melhoramento e implementação de processos de trabalho,	1
ferramentas para gestão e modelagem de processos.	2
Formulários; arranjo físico.	4
Procedimentos operacionais padrão.	6
Controle e avaliação. Atribuições das unidades organizacionais.	7
delegação, centralização e descentralização. Amplitude de controle.	8
Exercícios	13
Gabarito	16

GESTÃO DE PESSOAS

Gestão estratégica de pessoas.	1
Divisão e organização do trabalho	5
Delegação, centralização e descentralização	10
Gestão de carreiras: Seleção e lotação	15
Treinamento, desenvolvimento e capacitação.	19
Avaliação de desempenho	27
Qualidade de vida no trabalho.....	33
Gestão participativa em recursos humanos.	34
Gestão por competências.....	35
Exercícios	40
Gabarito.....	51

GESTÃO DA QUALIDADE

Gestão da qualidade: Excelência da gestão.	1
Eras da qualidade.....	1
Conceitos de qualidade.	2
Ferramentas de qualidade.....	3
Excelência na Gestão Pública: gestão da qualidade no serviço público.	7
Reengenharia	11
Exercícios	14
Gabarito.....	17

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Fundamentos constitucionais do Estado e de controle da administração pública no Brasil	1
Da administração pública burocrática à gerencial	6
Terceirização	13
Orçamento Público: conceito e princípios	14
O ciclo orçamentário, créditos adicionais, estágios das despesas públicas, empenho, liquidação e pagamento; Classificação das receitas correntes, das despesas correntes e de capital; Elaboração de propostas orçamentárias; Controle e execução orçamentária	28
Exercícios	79
Gabarito	82

GOVERNANÇA APLICADA NO SETOR PÚBLICO

Modelos, conceitos, princípios e regras	1
Governabilidade, prestação de contas dos resultados das ações (accountability)	18
Mecanismos e órgãos de controle interno e externo	21
Exercícios	26
Gabarito	29

LEGISLAÇÃO

Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)	1
Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	73
Exercícios	81
Gabarito	84

SUMÁRIO



Tipos e gêneros textuais

Os **tipos textuais** configuram-se como modelos fixos e abrangentes que objetivam a distinção e definição da estrutura, bem como aspectos linguísticos de narração, dissertação, descrição e explicação. Eles apresentam estrutura definida e tratam da forma como um texto se apresenta e se organiza. Existem cinco tipos clássicos que aparecem em provas: descritivo, injuntivo, expositivo (ou dissertativo-expositivo) dissertativo e narrativo. Vejamos alguns exemplos e as principais características de cada um deles.

Tipo textual descritivo

A descrição é uma modalidade de composição textual cujo objetivo é fazer um retrato por escrito (ou não) de um lugar, uma pessoa, um animal, um pensamento, um sentimento, um objeto, um movimento etc.

Características principais:

- Os recursos formais mais encontrados são os de valor adjetivo (adjetivo, locução adjetiva e oração adjetiva), por sua função caracterizadora.
- Há descrição objetiva e subjetiva, normalmente numa enumeração.
- A noção temporal é normalmente estática.
- Normalmente usam-se verbos de ligação para abrir a definição.
- Normalmente aparece dentro de um texto narrativo.
- Os gêneros descritivos mais comuns são estes: manual, anúncio, propaganda, relatórios, biografia, tutorial.

Exemplo:

Era uma casa muito engraçada
Não tinha teto, não tinha nada
Ninguém podia entrar nela, não
Porque na casa não tinha chão
Ninguém podia dormir na rede
Porque na casa não tinha parede
Ninguém podia fazer pipi
Porque penico não tinha ali
Mas era feita com muito esmero
Na rua dos bobos, número zero
(Vinícius de Moraes)

Tipo textual injuntivo

A injunção indica como realizar uma ação, aconselha, impõe, instrui o interlocutor. Chamado também de texto instrucional, o tipo de texto injuntivo é utilizado para predizer acontecimentos e comportamentos, nas leis jurídicas.

Características principais:

- Normalmente apresenta frases curtas e objetivas, com verbos de comando, com tom imperativo; há também o uso do futuro do presente (10 mandamentos bíblicos e leis diversas).
- Marcas de interlocução: vocativo, verbos e pronomes de 2ª pessoa ou 1ª pessoa do plural, perguntas reflexivas etc.



Conjuntos Numéricos

O grupo de termos ou elementos que possuem características parecidas, que são similares em sua natureza, são chamados de conjuntos. Quando estudamos matemática, se os elementos parecidos ou com as mesmas características são números, então dizemos que esses grupos são conjuntos numéricos¹.

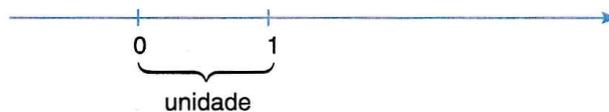
Em geral, os conjuntos numéricos são representados graficamente ou por extenso – forma mais comum em se tratando de operações matemáticas. Quando os representamos por extenso, escrevemos os números entre chaves $\{ \}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, tenha incontáveis números, os representamos com reticências depois de colocar alguns exemplos. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois eles são os mais usados em problemas e questões no estudo da Matemática. São eles: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

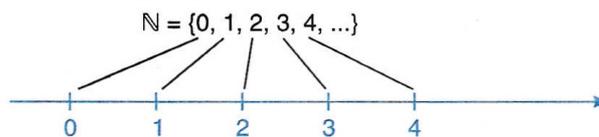
Números naturais

O conjunto dos números naturais² é representado pela letra maiúscula **N** e estes números são construídos com os algarismos: 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, que também são conhecidos como algarismos indo-arábicos. Embora o zero não seja um número natural no sentido que tenha sido proveniente de objetos de contagens naturais, iremos considerá-lo como um número natural uma vez que ele tem as mesmas propriedades algébricas que estes números.

Na sequência consideraremos que os naturais têm início com o número zero e escreveremos este conjunto como: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$



As reticências (três pontos) indicam que este conjunto não tem fim. **N** é um conjunto com infinitos números.



Excluindo o zero do conjunto dos números naturais, o conjunto será representado por:

$$N^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, \dots\}$$

Subconjuntos notáveis em N :

1 – Números Naturais não nulos

$$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}; N^* = N - \{0\}$$

2 – Números Naturais pares

$$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots, 2n, \dots\}; \text{ com } n \in N$$

¹ <https://matematicario.com.br/>

² IEZZI, Gelson – Matemática - Volume Único

IEZZI, Gelson - Fundamentos da Matemática – Volume 01 – Conjuntos e Funções



BRASIL COLÔNIA

Brasil: Primeiros Tempos

Entre 1500 e 1530, além de enviarem algumas expedições de reconhecimento do litoral (**guarda-costas**), os portugueses estabeleceram algumas feitorias no litoral do Brasil, onde adquiram pau-brasil dos indígenas em troca de mercadorias como espelhos, facas, tesouras e agulhas¹.

Tratava-se, portanto, de uma troca muito simples: o **escambo**, isto é, troca direta de mercadorias, envolvendo portugueses e indígenas. Os indígenas davam muito valor às mercadorias oferecidas pelos portugueses, a exemplo de tesouras ou facas, que eram rapidamente aproveitadas em seus trabalhos.

Mas, em termos de valor de mercado, o escambo era mais vantajoso para os portugueses, pois ofereciam mercadorias baratas, enquanto o pau-brasil alcançava excelente preço na Europa. Além disso, os indígenas faziam todo o trabalho de abater as árvores, arrumar os troncos e carregá-los até as feitorias. Não por acaso, os portugueses incluíam machados de ferro entre as ofertas, pois facilitavam imensamente a derrubada das árvores.

A exploração do pau-brasil, madeira valiosa para o fabrico de tintura vermelha para tecidos, foi reservada como monopólio exclusivo do rei, sendo, portanto, um produto sob regime de **estanco**. Mas o rei arrendava esse privilégio a particulares, como o comerciante **Fernando de Noronha**, primeiro contratante desse negócio, em 1501.

Capitanias Hereditárias e o Governo Geral

No início do século XVI, cerca de 65% da renda do Estado português provinha do comércio ultramarino. O monarca português transformou-se em um autêntico empresário, agraciando nobres e mercadores com a concessão de monopólios de rotas comerciais e de terras na Ásia, na África e na América.

Apesar da rentabilidade do pau-brasil, nas primeiras décadas do século XVI a importância do litoral brasileiro para Portugal era sobretudo estratégica. A frota da Índia, que concentrava os negócios portugueses, contava com escalas no Brasil para reparos de navios de reabastecimento de alimentos e água. A presença crescente de navegadores franceses no litoral, também interessados no pau-brasil, foi vista pela Coroa portuguesa como uma ameaça.

Na prática, disputavam o território com os portugueses, ignorando o **Tratado de Tordesilhas** (1494), pois julgavam um abuso esse acordo, fosse ele reconhecido ou não pelo papa. Tornou-se célebre a frase do rei francês Francisco I, dizendo desconhecer o “testamento de Adão” que dividia o mundo entre os dois reinos ibéricos.

Capitanias Hereditárias

Para preservar a segurança da rota oriental, os portugueses organizaram a colonização do Brasil. A solução adorada por D. João III, em 1532, foi o sistema de **capitanias hereditárias**, que já havia sido utilizado na colonização do arquipélago da Madeira.

O litoral foi dividido em capitanias, concedidas, em geral, a cavaleiros da pequena nobreza que se destacaram na expansão para a África e para a Índia. Em suas respectivas capitanias, os donatários ficavam incumbidos de representar o rei no que se referia à defesa militar do território, ao governo dos colonos, à aplicação da justiça e à arrecadação dos impostos, recebendo, em contrapartida, privilégios particulares.

Os direitos e deveres dos donatários eram fixados na **carta de doação**, complementada pelos **forais**. Em recompensa por arcar com os custos da colonização, os donatários recebiam vasta extensão de terras para sua própria exploração, incluindo o direito de transmitir os benefícios e o cargo a seus herdeiros.

Além disso, eram autorizados a receber parte dos impostos devidos ao rei, em especial 10% de todas as rendas arrecadadas na capitania e 5% dos lucros derivados da exploração do pau-brasil.

¹ História. Ensino Médio. Ronaldo Vainfas [et al.] 3ª edição. São Paulo. Saraiva.



Noções de Informática

O Windows é o sistema operacional mais popular do mundo, sendo usado em desktops, laptops, tablets e smartphones. O Windows surgiu em 1985 como uma interface gráfica para o MS-DOS, e desde então evoluiu com diversas versões. Vejamos algumas dessas versões:

Windows XP

O Windows XP é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft. Sua primeira versão foi lançada em 2001, podendo ser encontrado na versão Home (para uso doméstico) ou Professional (mais recursos voltados ao ambiente corporativo).

A função do XP consiste em comandar todo o trabalho do computador através de vários aplicativos que ele traz consigo, oferecendo uma interface de interação com o usuário bastante rica e eficiente.

O XP embute uma porção de acessórios muito úteis como: editor de textos, programas para desenho, programas de entretenimento (jogos, música e vídeos), acesso à internet e gerenciamento de arquivos.



Inicialização do Windows XP.

Ao iniciar o Windows XP a primeira tela que temos é tela de logon, nela, selecionamos o usuário que irá utilizar o computador¹.



Tela de Logon.

Ao entrarmos com o nome do usuário, o Windows efetuará o Logon (entrada no sistema) e nos apresentará a área de trabalho

¹ <https://docente.ifrn.edu.br/moisessouto/disciplinas/informatica-basica-1/apostilas/apostila-windows-xp/view>



ADMINISTRAÇÃO GERAL

Dentre tantas definições já apresentadas sobre o conceito de administração, podemos destacar que:

“Administração é um conjunto de atividades dirigidas à utilização eficiente e eficaz dos recursos, no sentido de alcançar um ou mais objetivos ou metas organizacionais.”

Ou seja, a Administração vai muito além de apenas “cuidar de uma empresa”, como muitos imaginam, mas compreende a capacidade de conseguir utilizar os recursos existentes (sejam eles: recursos humanos, materiais, financeiros,...) para atingir os objetivos da empresa.

O conceito de administração representa uma governabilidade, gestão de uma empresa ou organização de forma que as atividades sejam administradas com planejamento, organização, direção, e controle.

O ato de administrar é trabalhar com e por intermédio de outras pessoas na busca de realizar objetivos da organização bem como de seus membros.

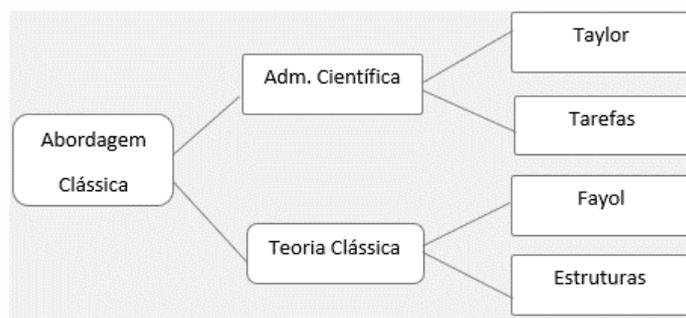
Montana e Charnov

Principais abordagens da administração (clássica até contingencial)

É importante perceber que ao longo da história a Administração teve abordagens e ênfases distintas. Apesar de existir há pouco mais de 100 (cem) anos, como todas as ciências, a Administração evoluiu seus conceitos com o passar dos anos.

De acordo com o Professor Idalberto Chiavenato (escritor, professor e consultor administrativo), a Administração possui 7 (sete) abordagens, onde cada uma terá seu aspecto principal e agrupamento de autores, com seu enfoque específico. Uma abordagem, poderá conter 2 (duas) ou mais teorias distintas. São elas:

- 1. Abordagem Clássica:** que se desdobra em Administração científica e Teoria Clássica da Administração.
- 2. Abordagem Humanística:** que se desdobra principalmente na Teoria das Relações Humanas.
- 3. Abordagem Neoclássica:** que se desdobra na Teoria Neoclássica da Administração, dos conceitos iniciais, processos administrativos, como os tipos de organização, departamentalização e administração por objetivos (APO).
- 4. Abordagem Estruturalista:** que se desdobra em Teoria Burocrática e Teoria Estruturalista da Administração.
- 5. Abordagem Comportamental:** que é subdividida na Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional (DO).
- 6. Abordagem Sistêmica:** centrada no conceito cibernético para a Administração, Teoria Matemática e a Teoria de Sistemas da Administração.
- 7. Abordagem Contingencial:** que se desdobra na Teoria da Contingência da Administração.



Origem da Abordagem Clássica

1 — O crescimento acelerado e desorganizado das empresas:

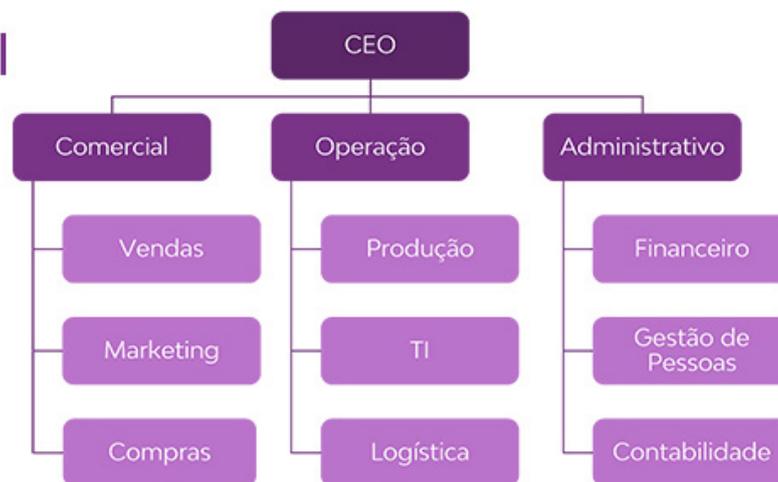
- Ciência que substituiu o empirismo;



Em um cenário organizacional caracterizado por uma concorrência cada vez mais viva e dinâmica, a agilidade na organização, divisão e eficiente distribuição de atividades não apenas aflorou como uma habilidade valiosa, mas se estabeleceu como um incentivo para o êxito de empresas.

Este artigo, tem como objetivo aprofundar esse desafio e destacar a importância da organização setorial. Ao desvendar a identificação, elaboração, análise, melhoramento e implementação de processos de trabalho, buscamos não somente entender a complexa teia que compõe as operações organizacionais, mas também mostrar como esses elementos essenciais servem de firmamento para a construção do cenário operacional moderno, moldando a trajetória e o sucesso das organizações.

Organograma Setorial



— Identificação e elaboração de processos de trabalho

A organização setorial inicia com a especificação e a elaboração cuidadosa dos processos de trabalho. Este é um processo importante que exige uma compreensão profunda das operações organizacionais. A identificação cuidadosa de atividades, tarefas e interdependências é essencial para criar uma estrutura estável. A elaboração envolve a documentação clara desses processos, facilitando a comunicação interna e proporcionando uma base sólida para futuras análises.

Ao registrar os processos, as organizações podem elaborar manuais operacionais, fluxogramas e procedimentos padrão, estabelecendo uma base sólida para o entendimento interno e o treinamento de novos colaboradores. Essa fase é essencial para garantir que todos os membros da equipe compartilhem uma visão clara das atividades, contribuindo para a conexão e a eficiência organizacional.

— Análise de processos e melhoramento contínuo

A análise de processos é uma etapa crítica na busca por eficiência e inovação. Métodos como o mapeamento de processos e a análise de valor agregado permitem uma compreensão mais profunda das operações, identificando gargalos, pontos de ineficiência e áreas de oportunidade. Essa análise detalhada fornece insights cruciais para o melhoramento contínuo.

A busca pela excelência operacional não é imóvel. A análise contínua dos processos identifica oportunidades para otimização, inovação e adaptação às mudanças no ambiente de negócios. A aplicação de tecnologias, como sistemas de gerenciamento de processos, pode aprimorar a eficiência operacional, tornando a análise e o melhoramento contínuo mais acessíveis.



Gestão de Pessoas

De acordo com o dicionário de significados¹, planejamento é o ato ou efeito de planejar, criar um plano para otimizar a alcance de um determinado objetivo, essa palavra pode envolver muitas áreas diferentes, sendo assim, o planejamento é um trabalho de preparação para qualquer empreendimento, segundo roteiro e métodos determinados.

Já a estratégia possui vários significados e é um conceito que está presente em vários contextos, sendo por isso difícil a sua definição, num sentido figurado, uma estratégia normalmente é estipulada para ultrapassar algum problema, e nestes casos pode ser sinônimo de habilidade, astúcia ou esperteza.² Do ponto de vista empresarial o planejamento estratégico é usado para melhorar a produtividade e os resultados da empresa.

Por meio do Planejamento Estratégico, é possível adiantar as necessidades e relacionar o emprego dos meios materiais e dos recursos humanos disponíveis, a fim de traçar os caminhos adequados para alcançar objetivos concretos em prazos determinados e em etapas definidas, a partir do conhecimento e avaliação da situação atual.

De acordo com Chiavenato³, um dos aspectos mais importante do planejamento estratégico da Gestão de Pessoas (GP), é o alinhamento da função de GP com a estratégia organizacional. Ele afirma que é necessário traduzir os objetivos e estratégias da organização em objetivos e estratégias da GP, e isso é feito por meio do **Planejamento Estratégico da GP**.

Todas as organizações (públicas ou privadas) pensam estrategicamente, entretanto, a maioria delas elabora seu Planejamento Estratégico voltado para a área de marketing, finanças, vendas, produção, atendimento ao cliente, entre outros, e os Recursos Humanos normalmente ficam esquecidos. O Planejamento Estratégico de GP deve ser parte integrante do Planejamento Estratégico da organização como um todo, pois normalmente o primeiro busca uma forma de integrar a função de GP aos objetivos da organização.

Planejar a área de GP, atualmente é fundamental, pois o ambiente empresarial está, cada vez mais, exigente e rigoroso com as organizações. Não há mais espaço para as organizações que seguem modelos de gestão antiquados, as mesmas precisam adequar-se às necessidades humanas, de certa forma integrada, sejam elas clientes, proprietários, fornecedores, colaboradores, dirigentes etc.

“O Planejamento Estratégico de GP refere-se a maneira como a função de GP pode contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais, e ao mesmo tempo, favorecer e incentivar o alcance dos objetivos individuais dos funcionários, trata-se de alinhar talentos e competências com as necessidades organizacionais.⁴”

Missão, Visão e Valores

Para se definir o Planejamento Estratégico, tanto da organização como um todo, quanto da GP, é necessário primeiramente definir três elementos importantes, que traduzem a cultura organizacional e são essenciais para a sobrevivência de qualquer organização, esses elementos são:

- Missão;
- Visão;
- Valores.

Missão

Todas as organizações têm uma missão, essa missão representa o porquê de a empresa existir, sendo assim a missão da empresa deve responder as seguintes perguntas:

- 1) Quem somos nós?

1 Disponível em: <https://www.significados.com.br/?s=planejamento> - Acesso 07.01.2020 as 11h30.

2 Disponível em: <https://www.significados.com.br/estrategia/> - Acesso 07.01.2020 as 11h35.

3 CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

4 Idem



A procura pela qualidade na diretoria é gradativa para organizações que visam destacar-se em um mercado cada vez mais competitivo. Nesse caso, a gestão da qualidade se torna uma pedra angular, oferecendo diretrizes e práticas essenciais para aprimorar processos, produtos e serviços.

A gestão da qualidade, no assunto empresarial, é a soma de atividades que uma organização realiza para dirigir e controlar seus processos, com o objetivo principal de garantir que seus produtos e serviços atendam ou superem as expectativas dos clientes. Trata-se de uma perspectiva abrangente que passa por toda a cadeia produtiva, desde o ponto de partida até a entrega final.

Princípios Fundamentais da Gestão da Qualidade

Os princípios fundamentais da gestão da qualidade, determinados pela International Organization for Standardization (ISO), são a base para a elaboração dessa abordagem. Foco no cliente, liderança, envolvimento de pessoas, abordagem de processo, melhoria contínua, tomada de decisões baseada em fatos e benefícios mútuos nas relações com fornecedores formam o alicerce sobre o qual a excelência organizacional é construída.

Ferramentas e Metodologias Aplicadas

Diversas ferramentas e métodos são utilizados na gestão da qualidade para atingir as metas estabelecidas pelos princípios básicos. Por exemplo, o Seis Sigma visa reduzir a variabilidade do processo, enquanto a ISO 9001 fornece diretrizes para o estabelecimento de um sistema de gestão da qualidade. Esses métodos são projetados para otimizar operações, reduzir desperdícios e melhorar a qualidade de produtos e serviços.

Impacto na Excelência Organizacional

A gestão da qualidade não é apenas uma prática isolada; ela tem um impacto significativo na busca pela excelência organizacional. O foco no cliente não apenas aumenta a satisfação do consumidor, mas também aumenta a fidelidade à marca. Além disso, a redução de custos, a melhoria da reputação e a conformidade regulamentar são resultados diretos de uma gestão de qualidade eficaz. A busca pela melhoria contínua garante que a organização se adapte continuamente às demandas do mercado.

Desafios na Implementação da Gestão da Qualidade

A jornada sentido à excelência por meio da gestão da qualidade não é isenta de desafios. A resistência à mudança, a alocação inadequada de recursos e a demanda de total compromisso da liderança organizacional são barreiras comuns que precisam ser superadas. Porém, superar estes desafios é essencial para garantir a eficácia a longo prazo da gestão da qualidade.

Considerações Finais

Em resumo, a gestão da qualidade é um item essencial da busca pela excelência organizacional. Ao incorporar princípios fundamentais, adotar as ferramentas certas e superar desafios, as organizações podem não apenas atender, mas também superar as expectativas dos clientes, estabelecendo-se como líderes em seu setor.

FRAS DA QUALIDADE

A evolução da gestão da qualidade ao longo dos anos foi marcada por diferentes épocas, cada uma refletindo mudanças significativas em seus métodos, filosofias e práticas. Vamos explorar essas épocas e entender como elas moldaram o atual cenário de qualidade.

Era da Inspeção: a era da inspeção durou desde os primeiros dias da Revolução Industrial até o início do século XX e foi caracterizada pelo foco na identificação e correção de defeitos após a produção. Nesse período, a inspeção final dos produtos foi considerada a principal estratégia para garantir a qualidade. No entanto, esta abordagem provou ser ineficiente na prevenção de defeitos e na melhoria da qualidade inerente do produto.



Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:



— Dimensões da coordenação

Um dos problemas que a política de governança busca enfrentar é a falta de coordenação e coerência entre os diversos modelos de governança existentes no âmbito da administração pública. Duas premissas foram fundamentais para que não fossem gerados problemas ainda maiores a partir dessa tentativa de harmonização.¹

A primeira é a de que órgãos e entidades têm características, objetivos e níveis de maturidade institucional distintos. Dessa forma, não caberia uma solução única, a partir de um modelo genérico e universal. Por isso, foi privilegiada a construção de patamares mínimos de boa governança e a criação de um arranjo institucional flexível que permitisse adequações e particularizações.

A segunda premissa é de que é impossível estabelecer um modelo definitivo – pronto e acabado – de governança. A política, embora orientada por princípios e diretrizes predefinidos, direciona a atuação estatal para a construção permanente de boas práticas de governança. Com isso, reconhece-se a natureza dinâmica da governança e privilegia-se a adaptabilidade dos modelos adotados às mudanças de contexto.

O foco na coordenação de iniciativas e na harmonização de práticas e procedimentos é importante para se evitar fragmentações (silos) e sobreposições e permitir que se desenvolva uma abordagem integrada de governo (whole-of-government approach).

Quanto as dimensões encontramos 4 delas, que são:

Primeira dimensão: voltada a melhora da capacidade de gerenciamento econômico e de prestação de serviços sociais.

Segunda dimensão: há um marco legal, pois, foi tratada como elemento crítico em face da “síndrome da ilegalidade”, já que muitos países em desenvolvimento seriam caracterizados.

Terceira dimensão: as regras são cumpridas por ter um órgão judicial independente.

Quarta dimensão: envolve a transparência e a participação, sendo pontos extremamente importantes para aumento da eficiência econômica, envolvendo a disponibilidade de informações sobre as políticas governamentais, a transparência dos processos de formulação de política e alguma oportunidade para que os cidadãos possam influenciar a tomada de decisão sobre as políticas públicas.

• intra-governamental

Quando estamos diante de uma coordenação intragovernamental entende-se que ela está na mesma esfera de governo, porém entre diferentes setores ou áreas de políticas públicas.

A litigância intragovernamental contemplada decorre do choque entre providências administrativas que visam a efetivar políticas públicas diversas e que findam se delineando contrapostas, embora geradas no mesmo componente estatal, integrando programa de governo prestigiado no processo democraticamente composto, uma questão atinente ao planejamento e sua execução.²

O plano de governo legitimado pelo processo democrático é alçado ao poder público em forma de programa detalhado em políticas públicas cuja efetivação será buscada.

Identifica-se, nessa missão, a sobreposição de atos administrativos decorrente da ação pública não coordenada, de maneira que medidas divergentes originam-se da mesma origem estatal.

1 <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/guia-da-politica-de-governanca-publica>

2 RODRIGUES, Sávnia Discricionariedade e litigância intragovernamental na gestão de políticas públicas / Sávnia Maria Leite Rodrigues; Orientadora Magda de Lima Lúcio. - Brasília, 2017. 165 f. : il. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, 2017, extraído de: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23567>



LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DESTA LEI

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;

II - os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.

§1º Não são abrangidas por esta Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto no art. 178 desta Lei.

§2º As contratações realizadas no âmbito das repartições públicas sediadas no exterior obedecerão às peculiaridades locais e aos princípios básicos estabelecidos nesta Lei, na forma de regulamentação específica a ser editada por ministro de Estado.

§3º Nas licitações e contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou de organismo financeiro de que o Brasil seja parte, podem ser admitidas:

I - condições decorrentes de acordos internacionais aprovados pelo Congresso Nacional e ratificados pelo Presidente da República;

II - condições peculiares à seleção e à contratação constantes de normas e procedimentos das agências ou dos organismos, desde que:

- a) sejam exigidas para a obtenção do empréstimo ou doação;
- b) não conflitem com os princípios constitucionais em vigor;
- c) sejam indicadas no respectivo contrato de empréstimo ou doação e tenham sido objeto de parecer favorável do órgão jurídico do contratante do financiamento previamente à celebração do referido contrato;
- d) (VETADO).

§4º A documentação encaminhada ao Senado Federal para autorização do empréstimo de que trata o §3º deste artigo deverá fazer referência às condições contratuais que incidam na hipótese do referido parágrafo.

§5º As contratações relativas à gestão, direta e indireta, das reservas internacionais do País, inclusive as de serviços conexos ou acessórios a essa atividade, serão disciplinadas em ato normativo próprio do Banco Central do Brasil, assegurada a observância dos princípios estabelecidos no caput do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Lei aplica-se a:

I - alienação e concessão de direito real de uso de bens;

II - compra, inclusive por encomenda;